



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS (Art. 6, inciso XXIII, alínea "a" da Lei 14.133/2021)

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de transporte destinado ao atendimento das demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Terceira Idade (SCFV Idosos), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, garantindo o deslocamento seguro, contínuo, acessível e eficiente dos usuários até os locais onde são desenvolvidas as atividades socioassistenciais e de saúde.

O objeto contempla a execução de serviços de transporte para atendimento da Rota 1 – Transporte da Terceira Idade (SCFV Idosos), compreendendo o deslocamento dos usuários até o Centro de Convivência da Terceira Idade para hidroginástica e no Espaço Integrado onde ocorrem as atividades do serviço.

Para fins de planejamento e estimativa contratual, o serviço será medido em quilometragem (km rodado), sendo os quantitativos apresentados neste Termo de Referência meramente estimativos, podendo sofrer variações para mais ou para menos ao longo da execução contratual, conforme a demanda efetiva dos usuários e a programação das atividades, especialmente em razão da ampliação dos serviços decorrente do Projeto FEI no exercício de 2026.

A execução do serviço ocorrerá nos seguintes dias e trajetos estimados, sendo disponibilizados se necessário 02 (dois) veículos tipo ônibus por dia, os quais atenderão bairros distintos de forma simultânea, com o objetivo de garantir maior eficiência logística e assegurar a pontualidade no início das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Terceira Idade (SCFV Idosos). As rotas previstas possuem caráter referencial, podendo ser ajustadas, alteradas, ampliadas ou reduzidas pela Administração, conforme a necessidade pública e a dinâmica de atendimento dos usuários, não constituindo itinerários fixos e imutáveis. A execução do serviço ocorrerá nos seguintes dias e trajetos estimados:

#### ROTA 1 – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE – 2026

- 2ª feira: Mina Fluorita, Estação Cocal + Centro
- 3ª feira: Linha Cabral + Centro
- 4ª feira: Mina Fluorita, Estação Cocal + Centro
- 5ª feira: Linha Cabral + Centro

A saída dos veículos ocorrerá às 12h45min do Pátio de Máquinas da Prefeitura





**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

Municipal de Morro da Fumaça, localizado na Rodovia Tranquilo Sartor, com retorno previsto a partir das 16h30min, no local de realização das atividades.

Os serviços deverão ser executados com veículos adequados à quantidade de usuários transportados, podendo ser utilizados ônibus ou veículos de menor porte (como vans), desde que atendam integralmente às condições de segurança, conforto e eficiência exigidos pela Administração.

Quando da utilização de ônibus, estes deverão possuir capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares, sendo equipados com ar-condicionado, bancos estofados e reclináveis, vidros lacrados e sistema de videomonitoramento, garantindo segurança, conforto e qualidade no transporte dos usuários.

Todos os veículos deverão estar devidamente regularizados e em conformidade com a legislação de trânsito vigente, bem como em perfeitas condições de uso, higiene e conservação.

Os motoristas deverão ser habilitados e capacitados para o transporte de passageiros, nos termos da legislação aplicável.

A presente contratação tem como finalidade assegurar o acesso contínuo e igualitário dos idosos às atividades ofertadas pelo Município, promovendo inclusão social, bem estar, fortalecimento de vínculos e eficiência na prestação do serviço público.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b”  
da Lei 14.133/2021)**

A presente contratação tem como finalidade atender à necessidade de prestação de serviços de transporte para as atividades voltadas à população idosa, no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), assegurando o deslocamento seguro, acessível, regular e contínuo dos usuários às atividades terapêuticas, recreativas e comunitárias promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social em parceria com o projeto “Movimento 60+”

As atividades desenvolvidas ocorrem de forma simultânea em diferentes espaços do Município, especialmente no Centro de Convivência da Terceira Idade e no Espaço Integrado, onde são ofertadas ações como hidroginástica, fisioterapia, pilates, dança, oficinas de convivência, atividades recreativas e atendimentos psicológicos, voltados ao envelhecimento ativo, à promoção da saúde e ao fortalecimento de vínculos sociais. A contratação se justifica pela necessidade de garantir o acesso efetivo dos participantes a essas atividades, especialmente aqueles residentes em áreas com limitada ou inexistente oferta de transporte público adequado, seguro e compatível com a realidade dos usuários atendidos.

Trata-se de serviço essencial à efetivação das políticas públicas de assistência social e saúde, contribuindo para a inclusão social, o fortalecimento de vínculos familiares e





**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

comunitários, a promoção do envelhecimento ativo e saudável, bem como para a continuidade do cuidado em saúde e assistência social, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Ressalta-se que o aumento da demanda estimada para o exercício de 2026 decorre da implantação do Projeto FEI no Município, o qual ampliou as atividades ofertadas ao público idoso, resultando na necessidade de ampliação proporcional do serviço de transporte ao longo de todo o período contratual.

Destaca-se, ainda, que, em razão da natureza dinâmica das atividades e da necessidade de adequação contínua às demandas dos usuários, os pontos de embarque e desembarque poderão sofrer ajustes ao longo da execução contratual. Dessa forma, a contratação será realizada com base em quilometragem efetivamente percorrida, garantindo maior flexibilidade, eficiência e economicidade na prestação do serviço público.

Embora os itinerários gerais sejam previamente organizados por dias da semana e bairros de referência, os pontos específicos de parada poderão ser alterados conforme a necessidade da Administração e dos usuários, sem prejuízo da regularidade e qualidade do serviço prestado.

A contratação encontra amparo no art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, bem como nos arts. 72 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO  
DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte para atender às demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Terceira Idade, garantindo o deslocamento seguro, confortável e regular dos usuários às atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

A contratação será realizada com base na quilometragem efetivamente percorrida, considerando a natureza variável das demandas, especialmente em razão da implantação do Projeto FEI no município durante o exercício de 2026, o que ocasiona aumento na necessidade de deslocamentos e maior abrangência territorial das atividades.

O objeto contempla o fornecimento de veículos em perfeitas condições de uso, preferencialmente com modelo/ano a partir de 2012, devidamente equipados com câmera de videomonitoramento, vidros lacrados, ar-condicionado e bancos estofados e reclináveis, assegurando condições adequadas de segurança, higiene e conforto. Os veículos a serem utilizados deverão ser compatíveis com a quantidade de usuários por atividade, podendo variar entre ônibus e veículos de menor porte, conforme a necessidade da Administração, sempre observando os princípios da economicidade e eficiência. Quando utilizado ônibus, este deverá possuir, no mínimo, 42 lugares.

Os serviços serão executados por motoristas devidamente habilitados e capacitados, em conformidade com a legislação vigente, garantindo a segurança dos passageiros durante todo o trajeto.

Destaca-se que os itinerários serão organizados previamente por dias da semana,





**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

contemplando bairros definidos, contudo, os pontos específicos de embarque e desembarque poderão sofrer alterações ao longo da execução contratual, conforme a necessidade dos usuários e da Administração, não havendo rotas fixas e imutáveis. A solução contempla, ainda:

- Planejamento e organização dos itinerários e horários, conforme as necessidades das atividades da Terceira Idade;
- Disponibilização e operação dos veículos sob demanda, assegurando pontualidade, conforto e segurança;
- Manutenção preventiva e corretiva dos veículos, garantindo pleno funcionamento e substituição imediata em caso de falhas;
- Monitoramento e fiscalização contínua do serviço pela Administração Pública, assegurando o cumprimento das condições contratuais;
- Encerramento contratual com avaliação dos serviços prestados e, quando solicitado, apresentação de relatórios de execução.

A presente contratação visa assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços socioassistenciais, promovendo o acesso igualitário às atividades, o bem-estar dos usuários e a otimização dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.





#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)**

A contratação do serviço de transporte deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais, econômico-financeiros e de sustentabilidade.

- A empresa contratada deverá atender integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, observando todas as especificações técnicas e normativas aplicáveis. As quilometragens estimadas indicadas neste instrumento constituem mera referência para o planejamento das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Terceira Idade, especialmente considerando a ampliação da demanda em razão da implantação do Projeto FEI no município durante o exercício de 2026, não representando, em hipótese alguma, obrigação de execução integral por parte da Administração.
- A execução do serviço será realizada sob demanda, podendo a quilometragem variar para mais ou para menos, conforme a necessidade dos serviços e dos usuários atendidos. Não haverá garantia de quantidade mínima mensal de quilômetros a serem percorridos.
- Os itinerários serão previamente organizados por dias da semana, contemplando bairros definidos pela Administração. Contudo, os pontos específicos de embarque e desembarque poderão ser alterados ao longo da execução contratual, conforme a necessidade dos usuários, não havendo rotas fixas e imutáveis. A Administração poderá, ainda, determinar alterações de itinerários, inclusão ou exclusão de trechos, bem como definir novos pontos de saída.
- Para fins de medição, será considerada a quilometragem efetivamente percorrida, tendo como referência a saída dos veículos da garagem ou outro ponto previamente definido pela Administração.
- Os serviços poderão ser suspensos, total ou parcialmente, por determinação das autoridades competentes, em casos de calamidade pública, emergências sanitárias ou por interesse da Administração. Por se tratar de serviço sob demanda, poderá haver interrupções durante a vigência contratual por conveniência administrativa, sem que isso gere direito à indenização à contratada.
- Os serviços deverão ser prestados com veículos compatíveis com a quantidade de usuários por atividade, podendo ser utilizados ônibus, micro-ônibus ou vans, todos devidamente licenciados e em perfeitas condições de uso e conservação. Quando utilizado ônibus, este deverá possuir, no mínimo, 42 lugares.
- Todos os veículos deverão estar equipados com ar-condicionado, bancos estofados e reclináveis, vidros lacrados e câmeras de videomonitoramento, garantindo segurança, conforto e qualidade no transporte dos usuários, além de atender integralmente às normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações aplicáveis.







**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

- A contratada deverá disponibilizar os veículos para execução imediata após solicitação formal da Administração, bem como assegurar a regularidade da prestação do serviço, com motoristas devidamente habilitados, capacitados e aptos ao transporte de passageiros.

**5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA POR LEI EM CONTRATAÇÕES  
ESPECÍFICAS**

**5.3 Documentação de Qualificação Técnica**

**5.3.1 Requisitos técnicos dos veículos:**

- Estarem devidamente licenciados para transporte de passageiros;
- Atender integralmente ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- Cumprir as resoluções do CONTRAN aplicáveis ao transporte de passageiros;
- Possuir tacógrafo, quando exigido pela legislação;
- Possuir cintos de segurança em todos os assentos;
- Possuir extintor de incêndio dentro do prazo de validade;
- Possuir seguro obrigatório e seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros (APP);
- Submeter-se às inspeções periódicas exigidas pelos órgãos competentes;
- Estar equipado com ar-condicionado;
- Possuir bancos estofados e reclináveis;
- Possuir vidros lacrados;
- Possuir sistema de videomonitoramento (câmeras);
- Estar em perfeitas condições de conservação, higiene, segurança e funcionamento;
- Ser compatível com a quantidade de usuários por viagem (ônibus, micro-ônibus ou van).

**5.3.2 Requisitos dos motoristas:**

- Possuir CNH categoria “D” ou “E”, conforme o tipo de veículo;
- Possuir curso especializado para transporte de passageiros, quando exigido pela legislação;
- Não ter cometido infrações graves ou gravíssimas, ou ser reincidente em infrações médias, nos últimos 12 meses, conforme CTB;
- Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais;
- Estar devidamente registrado conforme a legislação trabalhista;
- Apresentar-se devidamente identificado durante a execução dos serviços;
- Demonstrar conduta compatível com o transporte de passageiros, especialmente idosos, com urbanidade e respeito.

**5.3.3 Requisitos operacionais:**

- Execução dos serviços conforme demanda da Administração;
- Cumprimento dos horários e itinerários definidos, observadas as flexibilizações previstas no Termo de Referência;





**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

- Adequação dos veículos à quantidade de usuários por viagem;
- Substituição imediata do veículo em caso de falha mecânica ou indisponibilidade;
- Substituição imediata do motorista, quando necessário;
- Controle e registro da quilometragem efetivamente executada;
- Disponibilidade para ajustes de itinerários, pontos de embarque e desembarque, conforme necessidade da Administração;
- Atendimento às atividades ao longo de todo o exercício de 2026, considerando a ampliação da demanda decorrente do Projeto FEI.

**5.3.4 Requisitos de segurança:**

- Garantir a integridade física e o bem-estar dos usuários;
- Realizar manutenção preventiva e corretiva periódica dos veículos;
- Proibir o transporte de passageiros não autorizados;
- Respeitar os limites de velocidade e as normas de trânsito;
- Cumprir normas sanitárias vigentes, quando aplicáveis;
- Assegurar condições adequadas de acessibilidade, sempre que necessário.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)**

O objeto será executado de forma contínua e sistemática, consistindo na prestação de serviços de transporte terrestre para atendimento das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Terceira Idade, garantindo o deslocamento dos usuários às ações promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

O serviço possui natureza contínua, sendo essencial para assegurar a participação dos usuários nas atividades socioassistenciais, especialmente considerando a ampliação da demanda decorrente da implantação do Projeto FEI no município durante o exercício de 2026.

A execução observará planejamento operacional elaborado pela Coordenação de Desenvolvimento Social, contendo:

- Definição dos dias de atendimento;
- Estimativa de quilometragem;
- Organização dos itinerários por bairros;

Os itinerários poderão abranger áreas urbanas, rurais ou mistas, conforme as necessidades do serviço.

Destaca-se que a execução ocorrerá sob regime de preço unitário por quilômetro rodado, sendo a quilometragem variável conforme a demanda, não havendo rotas fixas e imutáveis. Os pontos de embarque e desembarque poderão ser alterados ao longo da execução contratual, mediante necessidade da Administração.





**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

**6.1** A Contratada se obriga a executar os serviços conforme os horários, itinerários e pontos definidos pela Coordenação de Desenvolvimento Social, garantindo segurança, pontualidade e conforto dos usuários.

**6.2** A execução dos serviços obedecerá às normas de trânsito vigentes e às regras de segurança aplicáveis ao transporte de passageiros, incluindo:

- Uso Obrigatório De Cinto De segurança por todos os ocupantes;
- Presença de extintores, triângulos e demais equipamentos obrigatórios em perfeitas condições de uso;
- Adequação do veículo à quantidade de usuários transportados;

**6.3** A Contratada deverá manter comunicação contínua com a Coordenação, informando imediatamente qualquer ocorrência que possa comprometer a prestação dos serviços, tais como falhas mecânicas, atrasos ou indisponibilidade de condutores.

**6.4** O modelo de execução contempla fiscalização periódica pela Contratante, incluindo inspeção dos veículos, verificação da documentação, controle da quilometragem executada e avaliação da qualidade do serviço prestado.

**6.5** A Contratada deverá adotar medidas de contingência para situações imprevistas, garantindo a continuidade do serviço e a segurança dos usuários.

**6.6** Os serviços serão prestados mediante execução direta, com utilização de veículos e motoristas próprios ou legalmente vinculados à Contratada, sendo vedada a subcontratação sem autorização expressa da Administração.

**6.7** A execução do objeto ocorrerá durante todo o período contratual, conforme cronograma da Secretaria, podendo ser ajustada de acordo com a demanda dos serviços e dos usuários atendidos.

**7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021).**

Ambas as partes deverão executar fielmente suas responsabilidades, de acordo com as cláusulas e as normas da Lei nº. 141.133/2021, e cada um responderá pelas consequências de sua inexecução seja ela total ou parcial.

O Município pode acionar representante da empresa vencedora para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim.

Quando o Município não tiver retorno de sua solicitação, cabe uma comunicação escrita com mais formalidade, inclusive se necessário for em forma de notificação.

Fica designado a Sra. Neize Bertan Seolin, como gestora do contrato, inscrito na matrícula nº 552 para







**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

gerenciar o contrato, inclusive em casos de eventuais problemas e ações a serem tomadas.

Fica designado a servidora Alessandra Mizeeski Fernandes, para realizar a fiscalização do presente contrato

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)**

Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal.

**8.2. Forma de pagamento:**

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida ordem bancária para pagamento.

**8.3. Condições de pagamento:**

8.3.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

8.3.2. Para proceder o pagamento o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contratado e do contratante;
- c) o valor a pagar;

e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, entre outros;

8.3.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;





8.3.4. O Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC trata sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço. O certame terá por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de transporte de usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, considerando-se vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, observadas as especificações técnicas e condições constantes deste Termo de Referência.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DO PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL (Art. 6, inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/2021)**

**ROTAS POR BAIRROS:**

- 2ª feira: Mina Fluorita, Estação Cocal + Centro (de 40 a 80 KM por dia)
- 3ª feira: Linha Cabral + Centro (de 36 a 80 km por dia)
- 4ª feira: Mina Fluorita, Estação Cocal + Centro (de 40 a 80 KM por dia)
- 5ª feira: Linha Cabral + Centro (de 36 a 80 km por dia)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS COM ROTA PRÉ DEFINIDA

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	ÔNIBUS A PARTIR DE 2012, COM NO MÍNIMO 42 LUGARES, COM CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO, VIDROS LACRADOS E AR CONDICIONADO PARA OS IDOSOS ATENDIDOS NOS PROJETOS ROTA POR BAIRROS DO MUNICÍPIO COM DESTINO AO CENTRO DO IDOSO E ESPAÇO INTEGRADO	13.000 KM	R\$ 7,50	R\$ 97.500,00
		R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais)		





## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou procedimento de dispensa;
  - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
  - m) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou procedimento de dispensa;
  - n) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - p) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013





**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

q) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações acima descritas as seguintes sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” a “g” do subitem 11.1, salvo se cabível penalidade mais grave (art. 156, §4º);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h” a “l” do subitem 11.1, bem como nas alíneas “b” a “g”, sempre que justificada a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º);
- iv) Multa:

(1) moratória, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

11.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Contratante (art. 156, §9º).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação de qualquer sanção será assegurado ao Contratado o contraditório e a ampla defesa, sendo-lhe facultada apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 157).

11.6. Se a multa e/ou indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação da autoridade competente.





**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela resultarem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. As infrações administrativas previstas nesta Lei que também se enquadrem como atos lesivos à luz da Lei nº 12.846/2013 serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos mesmos autos, segundo o rito procedimental e a competência ali definidos (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito, com a finalidade de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato, ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica se estenderão aos administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa coligada ou controlada, observados o contraditório, a ampla defesa e a análise jurídica prévia (art. 160).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

## **12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

Menor preço por lote







### **13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

**13.1** A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no edital, anexos e proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e despesas da execução contratual.

**13.2** Executar os serviços conforme este Termo de Referência, disponibilizando veículos e profissionais necessários, na qualidade e quantidade exigidas.

**13.3** Os serviços deverão ser prestados com veículos (ônibus, micro-ônibus ou vans) devidamente licenciados, em perfeitas condições de uso, conservação e limpeza, aptos ao transporte em vias pavimentadas ou não, e disponíveis após solicitação da Administração.

**13.4** Cumprir os horários, itinerários e determinações da Coordenação, admitindo-se ajustes conforme necessidade do serviço.

**13.5** Atender às solicitações de alteração de itinerários, pontos de embarque/desembarque e quilometragem, conforme demanda da Administração.

**13.6** Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, com manutenção preventiva e corretiva em dia, observando integralmente o Código de Trânsito Brasileiro e demais normas aplicáveis.

**13.7** Disponibilizar veículo substituto imediato, sem custos adicionais, em caso de falha mecânica ou indisponibilidade.

**13.8** Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas operacionais, incluindo combustível, manutenção, motoristas, encargos trabalhistas, tributos e seguros.

**13.9** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**13.10** Garantir que os motoristas sejam devidamente habilitados, capacitados e apresentem conduta ética, respeitosa e compatível com o transporte de passageiros, especialmente idosos.

**13.11** Exigir dos motoristas o cumprimento das normas de trânsito, sendo vedado:

- a) Uso de celular ao dirigir;
- b) Condução sob efeito de álcool ou substâncias ilícitas;
- c) Transporte acima da capacidade do veículo;
- d) Desvio de itinerário sem autorização;

**13.12** Garantir a segurança dos usuários, adotando todas as medidas preventivas e corretivas necessárias, inclusive em caso de acidentes.

**13.13** Manter apólice de seguro vigente, incluindo cobertura para passageiros (APP)





**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

**13.14** Proibir o transporte de pessoas não autorizadas ou qualquer item que comprometa a segurança e o conforto dos usuários.

**13.15** Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência relevante, como acidentes, falhas mecânicas ou atrasos.

**13.16** Permitir e facilitar a fiscalização do contrato, fornecendo informações e documentos sempre que solicitado.

**13.17** Substituir veículos ou motoristas que não atendam às exigências contratuais, sem ônus ao Município.

**13.18** Responder por danos materiais e pessoais causados a usuários ou terceiros durante a execução do contrato.

**13.19** Manter canal de comunicação ativo com o gestor/fiscal do contrato durante toda a execução dos serviços.

**13.20** Executar os serviços com pontualidade, regularidade, eficiência, segurança e cortesia.





#### **14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**14.1.** Verificar minuciosamente, no prazo estabelecido, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento definitivo. A Contratante não responderá por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros decorrentes de atos da Contratada, de seus empregados ou prepostos.

**14.2.** Definir os procedimentos, métodos e prioridades a serem seguidos na execução dos serviços, de acordo com as diretrizes da Coordenação.

**14.3.** Efetuar o pagamento à Contratada pelo fornecimento do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, desde que cumpridas todas as exigências contratuais.

**14.4.** Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, podendo suspender ou solicitar ajustes quando estes não estiverem em conformidade com as normas e padrões estabelecidos.

**14.5.** Notificar a Contratada por escrito, fixando prazo para correção de quaisquer irregularidades ou inadequações detectadas durante a execução dos serviços, prestando esclarecimentos e orientações necessárias.

**14.6.** Realizar, por meio de agente público habilitado, a medição e avaliação periódica dos serviços prestados, registrando falhas ou inconsistências e exigindo medidas corretivas por parte da Contratada.

**14.7.** Impedir a execução dos serviços por terceiros não autorizados, garantindo que a prestação dos serviços seja realizada exclusivamente pela Contratada.





**14.8.** Fornecer à Contratada condições adequadas para a execução dos serviços, incluindo acesso a informações, documentos e locais necessários.

**14.9.** Prestar informações e esclarecimentos adicionais solicitados pelos empregados ou representantes da Contratada para a execução adequada dos serviços.

**14.10.** Permitir o acesso de funcionários da Contratada às dependências da Coordenação, quando necessário para a entrega de documentos ou realização de atividades relacionadas ao contrato.

**14.11.** Orientar a Contratada quanto ao fornecimento de dados cadastrais ou informações institucionais necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

**14.12.** Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato, zelando pelo bom andamento e pela regular execução dos serviços.

**14.13.** Receber, apurar e solucionar reclamações, sugestões ou demandas relativas aos serviços prestados, comunicando as providências tomadas à Contratada.

**14.14.** Aplicar penalidades contratuais quando cabível, bem como:

**14.14.1.** Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada;

**14.14.2.** Definir previamente procedimentos, prazos e critérios para a execução dos serviços;

**14.14.3.** Fornecer informações necessárias, por escrito, para o desenvolvimento das atividades contratadas;

**14.14.4.** Solicitar recursos ou equipamentos necessários à execução dos serviços com antecedência adequada;

**14.14.5.** Avaliar periodicamente a conformidade dos serviços prestados, registrando inconsistências ou falhas;

**14.14.6.** Fiscalizar a execução dos serviços por meio de fiscal designado, registrando dia, mês, ano e responsáveis envolvidos, encaminhando relatórios à autoridade competente;

**14.14.7.** Verificar a regularidade fiscal da Contratada antes de cada pagamento;

**14.14.8.** Alocar recursos orçamentários e financeiros necessários ao pagamento dos serviços;

**14.14.9.** Pagar à Contratada o valor correspondente à execução dos serviços no prazo e condições previstos;

**14.14.10.** Notificar a Contratada de quaisquer imperfeições ou irregularidades, fixando prazo para correção e certificando-se da adequação das soluções propostas;





**14.14.11.** Não exercer ingerência na administração interna da Contratada, devendo relacionar-se apenas com os prepostos ou responsáveis indicados;

**14.14.12.** Comunicar o órgão de representação judicial competente em caso de descumprimento de obrigações contratuais pela Contratada.

**14.15.** Requisitar, junto à Secretaria de Saúde e a Coordenação de Assistência Social, os veículos necessários à execução das atividades vinculadas aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com antecedência mínima de até 02 (dois) dias úteis.

**15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos.

**16. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 84 da Lei 14.133/2021)**

Não se aplica.

**17. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será assegurado nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser restabelecido sempre que houver alteração extraordinária e imprevisível nos custos da contratação, ou ainda em situações previsíveis de consequências incalculáveis, que venham a impactar significativamente a execução contratual.

O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentado pela contratada, devidamente fundamentado e instruído com documentos que comprovem a efetiva variação dos custos, cabendo à Administração a análise e decisão quanto ao deferimento.







**PREFEITURA DE MORRO DA  
FUMAÇA ESTADO DE SANTA  
CATARINA SECRETARIA DO  
SISTEMA ECONÔMICO**

Os preços contratados poderão ser reajustados, independentemente do reequilíbrio,

Após o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação ou do último reajuste concedido.

O índice a ser utilizado para fins de reajuste será o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mediante solicitação formal da contratada, acompanhada da respectiva memória de cálculo, ficando sua concessão condicionada à análise e aprovação da Administração.

## **18. BENEFICIO LOCAL/REGIONAL**

Aplica-se o benefício de 10% (dez por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP de abrangência regional, nos termos do Decreto Municipal nº 78/2022.

Morro da Fumaça/SC, 15 de abril de 2026.



Assinado digitalmente por:  
**ALESSANDRA MIZEESKI  
FERNANDES**

27/04/2026 10:06:10  
Assinatura digital avançada.

Alessandra Mizeeski Fernandes

7203

Secretaria Administrativa

